

CURSO NOVAS REGRAS PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS SOB A ÓTICA DA LEI Nº 14.133/2021
Da fase preparatória à fiscalização contratual
As cautelas indispensáveis para obtenção de bons resultados
As exigências técnicas e jurídicas a serem cumpridas

Apresentação

As obras públicas sempre representaram um anseio dos gestores e uma necessidade da sociedade. Por envolverem recursos elevados, por outro lado, estão sempre sob os olhares atentos dos órgãos de controle, para evitar desvios de conduta que podem gerar enormes prejuízos aos cofres públicos.

Com o advento da Lei nº 14.133, de 2021, diversas novas regras foram colocadas à disposição da administração pública, para contratação de obras e serviços de engenharia. É indispensável conhecê-las adequadamente, para que sejam bem aproveitadas e para que possam gerar contratações que efetivamente se revelem vantajosas para a coletividade. Sem um conhecimento adequado, as novas regras não produzirão bons resultados e continuarão causando impactos negativos, como obras inconclusas, incompletas, de baixa qualidade, que apenas oneram o erário.

Novos regimes de execução, novidades na fase preparatória, como o uso do BIM na elaboração de projetos, regras mais completas para a orçamentação, novidades na fase licitatória, especialização dos fiscais, são algumas das novidades que precisam ser conhecidas, para que se obtenha delas um resultado positivo, tanto na fase preparatória, como na realização do certame licitatório, como na gestão e fiscalização da execução contratual. Considerando o processo como um todo, além dos profissionais de engenharia e arquitetura, diversos outros servidores precisam estar envolvidos no processo, contribuindo decisivamente na fase de elaboração do programa de necessidade, na definição de valores disponíveis e no atendimento às regras legais. O presente Curso tem a finalidade de preparar os servidores da administração para a boa condução dos processos de contratação e execução de obras públicas, desde a fase de planejamento até o encerramento da execução contratual, passando pela fase de realização do certame licitatório, examinando os aspectos técnicos e práticos a serem cumpridos e as novas regras da Lei nº 14.133/2021, tudo de acordo com a mais recente jurisprudência dos órgãos de controle.

Objetivo

Preparar os servidores envolvidos para o planejamento, a realização do certame licitatório e a execução contratual das obras e serviços de engenharia, obedecendo as regras da nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Público Alvo

Gestores e Fiscais de obras, Serviços de Engenharia e de contratos terceirizados em geral, auditores, procuradores, advogados e demais interessados na matéria

Conteúdo Programático

I. LEGISLAÇÃO ENVOLVIDA

Licitação

- As regras da Lei nº 14.133/2021 e sua aplicação na área de engenharia
- Distinções entre obras e serviços de engenharia: conceito e finalidade
- Distinções entre obras e serviços comuns e especializados
- As fases do processo de contratação e suas condições básicas
- Objetivos a serem alcançados
- A fase preparatória: do programa de necessidades até a elaboração do instrumento convocatório; cautelas a serem observadas; obrigatoriedades e vedações
- Servidores que deverão participar do processo
- Discussões na fase preparatória: participação dos especialistas das áreas técnicas de engenharia e arquitetura e da jurídica

- Formas e regimes de execução de obras: como podem ser classificados os regimes; características de cada regime; possibilidade de utilização; implicações do regime definido na licitação e na fiscalização da execução contratual; disposições legais; jurisprudência do TCU
- A modelagem BIM e sua utilização nas obras públicas brasileiras

II. ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS, ANEXOS OBRIGATÓRIOS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

- Estudo Técnico Preliminar, anteprojeto, projeto básico e projeto executivo: diferenças, obrigatoriedades
- O projeto *as built* e sua necessidade
- Composição de um projeto básico: memorial descritivo, caderno de encargos, especificação; cronograma físico-financeiro
- O uso do BIM e tecnologias similares

III. ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

- Cumprimento das disposições da Lei nº 14.133, de 2021, devidamente adaptadas para a engenharia
- As novidades da Lei nº 14.133/2021 na contratação de obras públicas
- Elaboração do orçamento estimado: obrigatoriedade de definição dos preços unitários e global; o uso de referenciais oficiais e as alternativas legais; conteúdo e definição do percentual do BDI; custos máximos, preços máximos e BDI máximo
- Cronograma físico-financeiro: limites máximos de valor por etapa
- Atestado de visita previa: possibilidade de exigência obrigatória; cautelas na visita facultativa

IV. CERTAME LICITATÓRIO

- Publicidade do certame: prazos a serem observados
- Julgamento das propostas: vícios sanáveis e vícios insanáveis; assinatura da proposta; prazo de validade; vedação ao sobrepreço; saneamento de falhas, preços exequíveis e manifestamente inexequíveis; a diligência obrigatória; garantia adicional
- Habilitação: exigências de qualificação técnica; qualificação técnico-profissional; qualificação técnico-operacional; como fazer a definição das parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo
- Exigências de qualificação econômico-financeira: cumprimento das disposições constitucionais; possibilidade de exigência de capital social, patrimônio líquido e garantia; cautelas; índices econômicos
- Fase recursal: prazos e formas para interposição de recursos e para apresentação das contrarrazões

V. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DAS SUAS CONDIÇÕES GERAIS

- Contrato administrativo: conceito
- Formalização do contrato administrativo
- As cláusulas essenciais
- Convocação para assinatura
- Recusa da execução após a assinatura do contrato
- Publicidade como condição de eficácia
- Contratos por escopo e contrato a prazo: regras específicas
- Prazos de vigência e de execução: a melhor interpretação das disposições legais para as obras e os serviços de engenharia; obrigatoriedade de estabelecimento formal
- Prorrogação dos prazos contratuais: hipóteses legais; prorrogação do prazo de execução; prorrogação do prazo de vigência; os contratos com vigência indeterminada
- Fiscalização da execução do contrato: designação obrigatória dos Fiscais e do Gestor; Comissão de Fiscalização; Fiscal da obra e Fiscal do contrato; vedações impostas pelo Princípio da Segregação
- Possibilidade de contratação de acompanhamento da fiscalização, inclusive o autor do projeto arquitetônico; responsabilidades da fiscalização e dos terceiros
- Atuação do gestor e dos fiscais: regras básicas; respeito ao limite de competência; obrigação da formalização das determinações; utilização do Livro de Ordem (Diário de Obras)
- Possibilidade de responsabilização dos fiscais por inexecução deficiente dos contratos de obras e serviços de engenharia

- A presença obrigatória do preposto do contratado; a questão do responsável técnico; exigência de engenheiro residente
- As regras genéricas do Decreto nº 7.983, de 2013 quanto à fiscalização de contratos de obras
- Diferenças fundamentais na atuação da fiscalização nas obras contratadas por empreitada por preço global e por empreitada por preço unitário; vinculação expressa ao cronograma físico-financeiro; como devem ser feitas as “medições” em cada uma das hipóteses; obrigatoriedade do cumprimento rigoroso da documentação técnica dos projetos
- Possibilidade da realização de pagamentos antecipados por materiais e equipamentos postos no canteiro; posicionamentos dos Tribunais de Contas
- Alterações contratuais: acréscimos e supressões; alterações quantitativas e alterações qualitativas; a mais recente interpretação; como calcular os respectivos limites; obrigatoriedade da formalização de aditivos; cautelas a serem obrigatoriamente observadas quando da elaboração de orçamento para alterações; regras em relação ao BDI
- Cautelas em relação ao “jogo de planilhas” e ao “jogo de cronograma”; vedação à “química”, de acordo com a jurisprudência do TCU
- Equação econômico-financeira: manutenção do equilíbrio; hipóteses de reajustamento e de revisão; regras para o reajustamento dos preços contratados; índices a serem adotados e forma de contagem da anualidade
- A questão da subcontratação: quando e como pode ser admitida; quais os documentos que podem ser exigidos do subcontratado
- Acompanhamento dos prazos contratuais
- Cuidados a serem observados no pagamento de faturas: o novo regramento; a mais recente jurisprudência
- As garantias que podem ser exigidas; cautelas em relação ao seguro-garantia e à fiança bancária; os limites percentuais das garantias de obras; a cláusula de retomada e suas consequências
- Recebimento provisório e definitivo da obra: cautelas; segregação dos encarregados; prazos
- Inexecução do contrato
- Responsabilidades do contratado
- Devido processo legal
- Sanções que poderão ser aplicadas: efeitos da aplicação
- Rescisão contratual
- Responsabilidades do contratado após o recebimento definitivo: prazos legais; condições a serem obedecidas; cautelas a serem observadas por parte da administração

Instrutor

Paulo Sérgio de Monteiro Reis

Engenheiro civil e advogado, com mais de 45 anos de atividades na administração pública e em empresa estatal federal, onde exerceu as funções de Presidente de Comissão de Licitação, Pregoeiro, Diretor-Geral de Tribunal Eleitoral, Assessor Especial da Presidência de Tribunal de Justiça, Coordenador de Controle Interno, Assessor Jurídico, entre outras. É autor dos livros OBRAS PÚBLICAS - MANUAL DE PLANEJAMENTO, CONTRATAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, da Editora Fórum (2ª edição), SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - UMA FORMA INTELIGENTE DE CONTRATAR, da Editora Fórum e CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, também da Editora Fórum. É co-autor dos livros LICITAÇÕES PÚBLICAS: HOMENAGEM AO JURISTA JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES e 101 DICAS SOBRE O PREGÃO, ambos da Editora Negócios Públicos, e LEI DAS EMPRESAS ESTATAIS: RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL E O IMPACTO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL, editado pela OAB-PR

Informações e inscrições:

Data: 8 e 9 de maio de 2025

Horário: 8h às 12h e 13h30 às 17:30

Carga Horária: 16 h/a.

Cidade: Cuiabá - MT

Local: ESPAÇO CDL CUIABÁ - Rua Cândido Mariano, nº 775-801 - Centro Norte

Incluso: Pasta em couro ecológico, Apostila, Caneta com marca texto, Certificado e Coffee Break.

Carga Horária: 16 h/a.

Investimento: R\$ 1.980,00

Contato: 0800 724 7720 ou 67 3348 3300

E-mail: contato@supercia.com.br

Dados para Empenho:

Supercia Capacitação e Marketing Ltda.

CNPJ: 11.128.083/0001-15 Av. Eduardo Elias Zahran, 420 - Jardim Paulista - Campo Grande - MS - 79050-000

Certidões Negativas: <http://www.supercia.com.br/certidoes>

Dados Bancários: Banco do Brasil: Ag. 2936-X c/c: 132867-0

Importante: Política de cancelamento ou adiamento de inscrições de cursos:

Por Iniciativa da **SUPERCIA:** o curso poderá ser cancelado ou adiado por falta de quórum ou outras razões, com 24 horas de antecedência da data prevista para seu início.

Por Iniciativa do Participante: O cancelamento deverá ser solicitado até 72 horas de antecedência do início do curso, após este prazo não haverá devolução do valor pago. Há possibilidade de substituição do participante.